

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

[Título: 5.000.000.000 de pepinos para Petrobras e União resolverem](#) 23

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: O salto da energia	2
Título: Petrobras e Eletrobrás fecham acordo inicial por dívida bilionária.....	3
Título: Lucro da Vale sobe 33% e chega a R\$ 17,6 bilhões no ano passado	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Corte no investimento eleva lucro da Vale.....	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Energia de um novo mundo.....	7
Título: Mineração: o lucro que traz prejuízos irremediáveis	8
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: EPE apresentará plano nacional de energia no 2º semestre	10
Título: Neoenergia prevê investir € 5 bi no Brasil nos próximos cinco anos	11
Título: Destaques	13
Título: Aneel define regras de cisão de controlada da Eletrobrás	14

Título: AES Tietê prioriza conclusão de obras	15
Título: ANP analisa pedidos da Petrobras para renovação de oito concessões	17
Título: Hydro para 50% da Alunorte e pode sofrer pesada multa	18
Título: Presidente mundial não acredita em vazamento de resíduos	20
Título: Vale atinge principais metas previstas para 2017	22
Título: 5.000.000.000 de pepinos para Petrobras e União resolverem	23
Título: Destaques	27

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: O salto da energia

Petrobras e Eletrobrás, hoje, valem R\$ 240 bilhões a mais do que há dois anos. Esse é o aumento do valor de mercado nas duas companhias com a mudança de gestão e a perspectiva de privatização da estatal do setor elétrico. As duas vivem uma revolução desde a mudança do comando, com o fim das nomeações políticas para a direção, e a redução da interferência estatal.

A Eletrobrás, em 26 fevereiro de 2016, valia R\$ 8,63 bilhões. Dois anos depois, em 26 fevereiro de 2018, a estatal está sendo avaliada na bolsa por R\$ 34,15 bilhões, segundo estudo feito por Einar Rivero, da Economática. A empresa quase quadruplicou o seu valor de mercado, com um aumento de R\$ 25 bilhões. Nesse período, ganhou 20 posições entre as maiores empresas da bolsa, saindo de 35º lugar para 15º. Com a Petrobras, o efeito é ainda mais impressionante. Nesses dois anos, a companhia saltou de R\$ 78,56 bilhões para R\$ 293 bilhões, na mesma comparação. Um aumento de R\$ 214 bilhões ou 272%.

A Petrobras recuperou o que perdeu desde o início da crise da Lava-Jato, em valor de mercado, e a Eletrobrás hoje vale 70% do seu patrimônio líquido, o maior percentual desde que entrou na bolsa. Em parte, isso é resultado do bom período da Bolsa, que tem elevado essas e outras ações, mas a maior explicação foi a mudança de gestão e a perspectiva de privatização, no caso da Eletrobrás.

Em todas as duas empresas o que tem havido desde o fim do governo anterior é a redução do intervencionismo. Na Petrobras, os preços dos combustíveis passaram a seguir os parâmetros internacionais. O congelamento da gasolina chegou a provocar um prejuízo de US\$ 40 bilhões à empresa, segundo Adriano Pires, do CBIE. Além disso, houve a intromissão do governo forçando a empresa a assumir investimentos que levaram a enormes prejuízos, como a refinaria Abreu e Lima, um dos focos da corrupção. Agora os diretores não são indicados mais por partidos, a empresa implantou um novo sistema de governança e as decisões de investimento não são tomadas no Planalto. A Petrobras está também realizando um programa de venda de ativos, que tem reduzido seu tamanho, diminuído sua dívida e aumentando o seu valor.

A Eletrobrás desde sempre foi pasto para os indicados do PMDB e chegou a um ponto em que a empresa estava quebrada e sem capacidade sequer de gerar um balanço. O processo não acabou. Ela ainda é assediada por partidos da base. Até as distribuidoras do Nordeste e Norte, que são rombos ambulantes com data certa para serem vendidas ou liquidadas, continuam sendo objeto de disputa política. A presidência da Eletrobrás, contudo, foi entregue a um profissional de mercado, e não mais a indicado político, e o processo de privatização vai blindar a companhia contra futuras interferências.

Segundo um funcionário do setor, na distribuidora do estado do Amazonas, o custo da ineficiência em um ano consome o que 35 anos de boa gestão conseguiria poupar. Agora, essas seis últimas, e superdeficitárias empresas de distribuição, serão vendidas. A Eletrobrás terá que arcar com a dívida no valor de R\$ 20 bilhões, mas acha melhor isso do que continuar carregando as empresas. Se até o dia 30 de abril não se conseguir vender, elas terão que ser liquidadas. O setor de energia está mudando profundamente.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras e Eletrobrás fecham acordo inicial por dívida bilionária

Decisão sobre débito de R\$ 20 bi era essencial para venda de distribuidora.

A Petrobras e a Eletrobras chegaram a um entendimento inicial sobre uma dívida de R\$ 20 bilhões que a elétrica possui com a petroleira, relativa ao fornecimento de combustível para geração de energia no Amazonas, segundo fontes que acompanham as negociações. A solução para o impasse é fundamental para a privatização da Amazonas Energia, distribuidora de eletricidade subsidiária da Eletrobrás no estado.

Antes de privatizar a Eletrobrás, o governo programou para este semestre a venda de seis distribuidoras de energia da estatal que atuam nas regiões Norte e Nordeste do país, entre elas a empresa que opera no Amazonas. Para se desfazer da distribuidora, a Eletrobrás deve separar os ativos de geração e transmissão da companhia numa nova subsidiária, a Amazonas GT.

DISCUSSÃO SOBRE R\$ 3 BI

A operação depende do aval da Petrobras em razão de um contrato de fornecimento de gás assinado entre elas. A Petrobras resistia a aceitar a mudança devido a dificuldades em fechar um acordo com a Eletrobrás sobre a dívida pelo fornecimento de combustível ao estado.

As conversas avançaram, e as empresas acertaram termos iniciais de um acordo. Com isso, a Petrobras enviou, na semana passada, uma carta para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em que informa ter "predisposição" para aceitar a transferência do contrato, "desde que seja encontrada uma solução para a dívida"! O contrato, porém, ainda não foi assinado.

Houve um reconhecimento entre as partes de uma dívida de R\$ 17 bilhões. Agora, precisam ser negociadas as condições para o pagamento da cobrança. Existe ainda uma conta de R\$ 3 bilhões, que deve ser judicializada.

Com o acordo inicial entre a Petrobras e a Eletrobrás, a Aneel aprovou ontem condições para a cisão dos ativos de geração e transmissão da Amazonas Distribuição. A agência deu um prazo até o fim de abril para a conclusão da operação.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Lucro da Vale sobe 33% e chega a R\$ 17,6 bilhões no ano passado

Mineradora registra seu menor nível de investimento desde 2005.

A alta no preço das commodities no mercado internacional e a redução dos investimentos fizeram a Vale registrar lucro líquido R\$ 17,6 bilhões no ano passado. O resultado é quase 33% maior do que os R\$ 13,3 bilhões registrados em 2016. O balanço, primeiro da mineradora sob a gestão de Fabio Schvartsman, veio no topo da expectativa dos analistas.

A receita operacional ficou em US\$ 33,9 bilhões (cerca de R\$ 110 bilhões), alta de 23% em relação a 2016. A geração de caixa operacional, medida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), ficou em US\$ 15,3 bilhões (cerca de R\$ 50 bilhões), 28% acima do ano anterior.

DIVIDENDOS DE R\$ 4,7 BI

A companhia, que há um ano anunciou novo acordo de acionistas para pulverizar o seu controle, informou que vai distribuir R\$ 4,7 bilhões em dividendos sob a forma de juros sobre capital próprio.

Apesar dos indicadores positivos, a companhia registrou seu menor nível de investimento desde 2005. No ano passado, a Vale investiu US\$ 3,8 bilhões, queda de 26% em relação a 2016. Foi US\$ 1,3 bilhão a menos em investimentos em relação ao gasto no ano anterior. A dívida líquida da empresa chegou ao fim de 2017 em US\$ 18,1 bilhões, menor que os US\$ 25 bilhões do ano anterior.

Em comunicado, Schvartsman disse que o resultado "mostra uma geração de caixa e uma redução significativa da dívida líquida devido à melhor realização de preços, disciplina rigorosa na alocação e melhora marginal nos resultados dos ativos de níquel e cobre". Em nota, o executivo disse que a empresa está fazendo "mudanças em eficiência, gerenciamento de custos e governança corporativa". Destacou ainda a busca por diversificação na geração de caixa. A Vale informou que conseguiu ampliar sua base de clientes além da China. Assim, o gigante asiático respondeu, em 2017, por 41% das receitas, menos que os 46% de 2016.

Segundo a Vale, o aumento na receita ocorreu, principalmente, devido a maiores preços de minerais ferrosos (US\$ 4,4 bilhões em vendas), metais básicos (US\$ 1 bilhão) e carvão (US\$ 386 milhões), além de maior volume de vendas de minerais ferrosos e carvão, o que compensou parcialmente um volume menor em metais básicos.

— A Vale conseguiu vender um minério de ferro de melhor qualidade, o que ajudou nos ganhos. Também se beneficiou dos melhores preços de cobre e níquel. O empenho em reduzir a dívida gerou reflexos positivos no caixa — disse Pedro Galdi, analista da Magliano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA - DO RIO DE JANEIRO****Título: Corte no investimento eleva lucro da Vale**

Mineradora fecha 2017 com um aumento de 28% no resultado em relação ao ano anterior

A mineradora Vale teve lucro de R\$ 17,6 bilhões em 2017, alta de 28% com relação ao verificado no ano anterior. O resultado foi beneficiado por melhores preços do minério de ferro e menores baixas no valor de ativos.

No entanto, a companhia teve em 2017 o menor nível de investimentos desde 2005: US\$ 3,8 bilhões, dos quais US\$ 2,2 bilhões em manutenção. Foi a primeira vez desde 2005 também que os gastos com manutenção foram superiores ao investimento em novos projetos, que somaram US\$ 1,6 bilhão.

Em nota distribuída nesta terça (27), o presidente da companhia, Fabio Schvartsman, disse que "2017 foi o ano de inflexão para a Vale". "Demos início a ambiciosas mudanças em eficiência, gerenciamento de custos e governança corporativa", afirmou.

Em 2017, os acionistas da mineradora promoveram uma grande reestruturação societária, extinguindo o bloco de controle — até então nas mãos de Bradesco e dos fundos de pensão Previ (dos empregados do Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa) e Funcesp (Cesp).

Com melhores preços de venda, a receita operacional da empresa subiu 14,7% em 2017, chegando a R\$ 108,5 bilhões. A geração de caixa medida pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos e amortizações) cresceu 19,7%, para R\$ 48,9 bilhões.

Segundo a companhia, a alta nos preços foi resultado de aumento da demanda global por aço e por cortes de produção e maior controle de poluição na China, que elevaram a demanda por minério de maior qualidade.

Assim, seu preço de venda do minério subiu 18%, em média no ano, para US\$ 64,2 por tonelada. O preço de venda das pelotas teve alta de 36%, para US\$ 109,2, em função de maiores prêmios.

Na nota em que divulga o resultado, a companhia reafirma, porém, estratégia para diversificar as operações e reduzir a dependência do minério de ferro, que levou a grandes prejuízos durante os anos de preços em baixa.

"Queremos transformar a Vale em uma empresa mais previsível", disse Schvartsman. Em 2017, o minério ferro foi responsável por 73,7% da receita. A melhora na receita e o corte de investimentos reduziram a dívida líquida de US\$ 25 bilhões para US\$ 18,1 bilhões. Com a venda de ativos de fertilizantes, o valor cai foi a US\$ 14,4 bilhões.

A direção optou pelo pagamento do mínimo de dividendos previstos: serão distribuídos R\$ 4,7 bilhões aos acionistas. Segundo a Vale, com uma dívida menor, poderá adotar uma política de dividendos "mais agressiva".

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Energia de um novo mundo

Visão do Correio

Depois de muitas idas e vindas, finalmente a geração de energia limpa no país se firmou e concentra-se em plena expansão, recebendo novos e robustos investimentos. Seguindo a tendência mundial, o consumo e a geração de energia de fontes renováveis (solar fotovoltaica, eólica e de biomassa) no Brasil cresce exponencialmente, o que contribui, e muito, para a redução da emissão de gás carbônico (CO₂) na atmosfera — uma das principais causas do efeito estufa — e para a preservação dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, ainda a principal matriz energética nacional.

Historicamente, o setor sempre se voltou para as usinas hidrelétricas, devido à crença de que os recursos hídricos nunca se esgotariam, mas é fácil constatar que eles são finitos. A queda nos níveis dos reservatórios preocupa os especialistas há muito tempo — já foi responsável pelo racionamento de energia entre julho de 2001 e fevereiro de 2002 —, pois provoca o aumento do custo da produção, com a necessidade de se colocar em funcionamento as usinas termelétricas, que, além de grandes poluidoras (boa parte movida a carvão ou óleo diesel), produzem energia bem mais cara.

A surpreendente novidade é o avanço em ritmo acelerado da energia eólica. A energia originada pela força dos ventos começou a ser explorada comercialmente no país há apenas 10 anos, e o Brasil se destacou, semana passada, ao alcançar o oitavo lugar no ranking mundial e sobrepujar nações

desenvolvidas, como Canadá e Itália. O mais impressionante é que o salto foi dado em apenas dois anos, pois até 2012 ocupava a 15ª posição.

O importante é que a geração eólica atrai cada vez mais investimentos, pois o país apresenta uma produtividade bem acima da média mundial, com os seus mais de 500 parques em operação, segundo informe da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica). A energia dos ventos é a segunda fonte mais contratada no país, sendo sua produção maior no Nordeste (Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará) e no Rio Grande do Sul. Se o ritmo de crescimento na produção continuar, a previsão do Ministério de Minas e Energia é de que haverá uma expansão de 125% até 2026, ano em que um terço da energia brasileira será eólica.

Impressiona, também, o forte crescimento da geração de energia solar por sistemas de microgeração e minigeração, em que as pessoas geram energia para consumo próprio, com painéis solares instalados em suas residências, comércios, indústrias, edifícios públicos e propriedades rurais, além das grandes usinas conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Existem, hoje, mais de 18 mil sistemas solares fotovoltaicos ligados à rede, provocando significativa economia e engajamento ambiental.

Outra fonte energética promissora é a de biomassa proveniente do bagaço da cana-de-açúcar, que, no ano passado, respondeu por 5,5% de toda a energia elétrica consumida no Brasil. A capacidade instalada da matriz superou a geração da Usina de Itaipu, uma das maiores hidrelétricas do planeta. Além de representar ganho econômico, o negócio proporciona significativas vantagens ambientais. Os setores produtivos que apostam na energia limpa contribuem para o nascimento de um novo mundo, onde as gerações futuras possam viver num ambiente saudável e livre da poluição causada pelas fontes energéticas fósseis, que vêm há décadas ferindo de morte o meio ambiente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: ARI CUNHA

Título: Mineração: o lucro que traz prejuízos irremediáveis

Desde que passou a ser explorado pelo colonizador europeu no século 16, o Brasil vem tendo suas terras brutalmente revoltas numa ganância insana e desenfreada em busca de minerais e dos grandes lucros que eles proporcionam para indústrias extrativas, na sua grande maioria, ainda pertencentes a conglomerados multinacionais poderosíssimos. Tomando apenas essas características, é possível compreender por que esse tipo de atividade econômica, passados tantos séculos, é ainda tão repleto de polêmicas de toda

ordem. Estudo levado a cabo pelo Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), do Ministério da Ciência e Tecnologia, realizado nos últimos anos em mais de 100 territórios, em 22 unidades da Federação, submetidos a atividade intensa de mineração, revelaram que esse tipo de exploração, além de extremamente impactante para essas regiões, deixa um passivo de consequências ambientais e socioeconômicas de difícil reparação.

Primeiro foi o ouro, explorado à exaustão até os dias de hoje. Seguiram-se a extração de ferro, da bauxita, do manganês e mais recentemente do nióbio, mineral utilizado para a fabricação de equipamentos de tecnologia de ponta como os foguetes, na qual o Brasil é o maior produtor mundial com mais de 38 toneladas por ano. Para as empresas e indústrias envolvidas nesse trabalho extrativo e de processamento dos minérios, os lucros são fartos, os incentivos são generosos e a legislação, regulando todo o processo, é leniente, permissiva e branda. Sempre foi assim.

Para a saúde dos trabalhadores e das populações residente nessas áreas, para a fauna e para flora do entorno, além do ar e da água, trata-se de um pesadelo que vem se estendendo por centenas de anos, sem uma solução razoável a vista. O modelo exportador, focado apenas na geração de divisas a qualquer custo, ainda seguido por nosso país, continua sendo o maior causador desse flagelo.

A contaminação e a destruição do meio ambiente têm ação nociva sobre a saúde dos brasileiros. Incrivelmente, não se tem ainda uma medida exata dos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes dessas atividades. O que as pessoas tomam conhecimento chega sobretudo através da imprensa.

Câncer, silicose, envenenamentos por metais pesados, pneumonias e outras enfermidades sérias são comuns nas áreas de mineração. A assistência a essas comunidades é feita como o último recurso, com o trabalhador seriamente enfermo e sem muitas chances de cura. O mesmo é feito com relação à contaminação do meio ambiente: as providências vêm depois, quase sempre muito tarde. Casos recentes e de grandes impactos dão uma mostra desse Brasil primitivo e injusto ao qual as autoridades fazem questão de fechar os olhos.

Exemplo inquestionável foi o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Trata-se de um dos maiores crimes ambientais do planeta, que carrou 50 milhões de metros cúbico de lama tóxica do interior do país até o litoral, afetando toda a importante bacia do Rio Doce e as populações ao redor. Essa catástrofe sem precedentes está por ser resolvida. A punição que deveria ser exemplar não foi sentida pelos responsáveis

Aos flagelos seguem-se tantos outros, como o caso da contaminação por arsênio em Paracatu e, agora, pelo vazamento na mineradora norueguesa Hydro Alunorte, que contaminou com rejeitos tóxicos o município de Barcarena, no Pará. São tantos os acidentes neste tipo de atividade e por tanto tempo que, a cada novo acontecimento, os antigos casos vão se perdendo de vista na poeira do esquecimento, tal como as muitas cruzes que assinalam as sepulturas dos inúmeros trabalhadores e moradores dessas áreas exploradas à exaustão, sob a benção indiferente das autoridades.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: EPE apresentará plano nacional de energia no 2º semestre

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) deve concluir no segundo semestre o Plano Nacional de Energia (PNE) 2050. Documento de horizonte de longo prazo mais aguardado pelo setor, o estudo incluirá as diretrizes estratégicas para a expansão de energia do país para as próximas décadas.

"Estamos trabalhando na conclusão do PNE 2050", afirmou o presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso, durante palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Ele não indicou o quanto espera de expansão de oferta por fonte de energia, mas disse que "o Brasil não tem condições de prescindir de nenhuma fonte". Barroso afirmou que ", pelos estudos preliminares, [a fonte] nuclear terá um espaço, sim [no PNE 2050]".

Com relação à retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, cujas obras estão paralisadas desde setembro de 2015, Barroso explicou que a continuidade do projeto "é uma decisão que vai ser tomada no âmbito do CNPE [Conselho Nacional de Política Energética]".

O executivo não informou qual o volume de energia será necessário para garantir o atendimento da demanda futura. Falando em grandes números, porém, ele disse que o Brasil necessita de cerca de 4 mil megawatts (MW) novos por ano, o que resultaria em uma necessidade de mais de 120 mil MW até 2050.

Barroso contou ainda que o próximo leilão de energia nova do tipo A-6, que contratará energia de novos empreendimentos com início de fornecimento para 2024, deve ser realizado entre maio e agosto deste ano.

Presente ao evento, o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, destacou que o país está em posição confortável

com relação ao abastecimento de energia elétrica nos próximos cinco anos. "Estamos razoavelmente tranquilos com a condição de abastecimento nos próximos quatro, cinco anos."

Segundo o diretor do ONS, os reservatórios das hidrelétricas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, devem chegar em novembro, no fim do próximo período seco, com pelo menos 30% de armazenamento. Na mesma data do ano passado, a marca foi de 18%.

De acordo com o executivo, a melhora do cenário dos reservatórios hidrelétricos se deve ao volume de chuvas ocorrido neste verão e à expansão da capacidade instalada do sistema brasileiro. Barata defendeu ainda que o país retome a discussão sobre a construção de grandes hidrelétricas. "Falta uma discussão franca e transparente."

Destacando o desenvolvimento socioeconômico proporcionado pela construção da hidrelétrica de Itaipu, na fronteira com o Paraguai, o diretor do ONS defendeu a construção da usina de Tapajós, no Pará, "não só pela geração de energia, mas pelo projeto logístico". Barata acrescentou ainda que não se pode "demonizar" as hidrelétricas e as usinas nucleares.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Neoenergia prevê investir € 5 bi no Brasil nos próximos cinco anos

A Neoenergia, elétrica controlada pelo grupo espanhol Iberdrola, deve investir € 5 bilhões (o equivalente a cerca de R\$ 20 bilhões) no Brasil entre 2018 e 2022. O montante, estimado pelo presidente do conselho de administração da empresa e presidente mundial da Iberdrola, Ignacio Galán, é referente ao plano de crescimento da companhia no país, que inclui projetos "greenfield" (a ser construído a partir do zero), principalmente de geração e transmissão de energia. A cifra, porém, pode aumentar, caso o grupo faça alguma aquisição no Brasil.

"Somos uma companhia que sente liberdade de olhar, se houver oportunidades rentáveis, ativos para construir ou ativos 'brownfield' [já em operação]", afirmou o diretor-presidente da Neoenergia, Mario Ruiz-Tagle, em sua primeira entrevista desde que assumiu o cargo, há cinco meses. "Se forem ativos que têm oportunidade de acrescentar eficiências [à empresa], nesse caso são ativos que olhamos" completou o executivo.

Questionado sobre as distribuidoras que a Eletrobrás pretende vender no fim de abril, o executivo explicou que "esse é um processo do qual vem se falando há muitos anos, mas, para nos pronunciarmos de alguma maneira, é preciso uma forma concreta, um edital, umas condições [definidas]".

O chileno, que desde 2002 atua pela Iberdrola no Brasil, onde chegou a ocupar o cargo "country manager" em 2010, reforçou a estratégia definida por Galán de que a Neoenergia será o veículo de novos investimentos do grupo espanhol no país.

Essa estratégia teve início em setembro, após a incorporação da Elektro, que era 100% Iberdrola, pela Neoenergia. Com o negócio, a companhia espanhola ampliou sua participação na Neoenergia para 52,45%. Os demais sócios, Previ e Banco do Brasil, passaram a ter 38,2% e 9,35%, respectivamente.

A condição de controlador, aliás, é indiscutível para o grupo Iberdrola. O objetivo da companhia no Brasil é investir em empresas ou ativos em que ela seja controladora e responsável pela operação. Por esse motivo é que a Neoenergia tem o desejo de vender sua fatia de 10% na Norte Energia, empresa responsável pela hidrelétrica de Belo Monte, em construção no rio Xingu, no Pará, e que terá capacidade instalada de 11.233 megawatts (MW).

"Temos publicamente comunicado ao mercado que o único ativo que temos à venda no plano de longo prazo é Belo Monte. [...] É um investimento muito grande, que não controlo, [de] que sou investidor financeiro, porque não consigo mostrar no balanço o Ebitda que esse negócio está gerando. Perdeu o sentido o investimento em Belo Monte", afirmou Ruiz-Tagle.

Em âmbito mundial, a Iberdrola possui plano de aquisições e venda de ativos que atinge valor de € 3 bilhões (quase R\$ 12 bilhões), com o objetivo de reorganizar seu portfólio.

Questionado sobre o cancelamento da oferta pública inicial de ações (IPO) da Neoenergia, no fim do ano passado, Ruiz-Tagle explicou que a operação não tinha como objetivo principal levantar recursos para a companhia, e sim o interesse de alguns acionistas em vender sua participação na empresa. Ele lembrou, porém, que não houve consenso entre os acionistas e o mercado com relação ao preço da oferta, que acabou não se viabilizando.

Segundo o presidente da Neoenergia, mesmo não sendo concretizado, o IPO permitiu a divulgação de dados relevantes e planos da empresa para o mercado internacional. Ele acrescentou que, no fim do ano passado, os acionistas também aprovaram a capitalização de dividendos retidos e a emissão primária, em que os sócios colocaram mais R\$ 1,1 bilhão.

Maior grupo de distribuição de energia do país em número de clientes, atendendo aproximadamente 13,5 milhões de unidades consumidoras, a Neoenergia acompanha com muita atenção as discussões na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre a taxa de remuneração (o "WACC regulatório") para o próximo ciclo de revisões tarifárias das distribuidoras, que se inicia em março deste ano e vai até 2020.

A proposta inicial da área técnica da Aneel, de redução do WACC de 8,09% para 7,71%, tem preocupado o setor, que alega que essa diminuição terá um desconto imperceptível na tarifa de energia do consumidor, porém com impacto expressivo no Ebitda e capacidade de investimento das empresas.

"Quando você faz menos investimentos, quem sofre é a rede. E, quando sofre a rede, quem sofre no final é o cliente, que acaba pagando um desconto mínimo na tarifa e uma perda de qualidade expressiva", disse Ruiz-Tagle.

O executivo propõe que a Aneel mantenha a taxa de remuneração em 8,09% para o próximo ciclo. "Estamos confiante de que a Aneel terá uma postura mais realista, com visão de longo prazo", afirmou, lembrando que a Neoenergia investiu R\$ 10 bilhões nas distribuidoras Cosern (RN), Coelba (BA) e Celpe (PE) de 2013 a 2017.

Questionado sobre a perspectiva para o cenário econômico brasileiro este ano, Ruiz-Tagle explicou que o grupo já percebe sinais de melhora na economia. E acrescentou que, mesmo sendo um ano eleitoral, a economia tem um "certo grau de descolamento" da política. "Estamos além da disputa eleitoral", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Corte de energia

As distribuidoras de energia devem enfrentar hoje nova rodada com relação ao julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre as regras para o corte de fornecimento de energia, por inadimplência do consumidor. Até o momento, o STJ está decidindo pela proibição de interrupção do serviço em situações em que clientes forem flagrados praticando furto ou fraude no consumo, irregularidades que gera prejuízo anual de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões para o setor. Segundo norma da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a distribuidora pode cortar o fornecimento a consumidores com até 90 dias de inadimplência em relação à emissão da fatura. Após esse período, fica

caracterizado o "débito pretérito", e a companhia só pode cobrar por vias ordinárias, sem direito ao corte.

Minério tem leve queda

Após dois dias seguidos de alta e de atingir o maior valor em seis meses, o minério de ferro voltou a cair ontem. O recuo foi de 0,3% para o produto com teor médio de 62% de ferro no porto chinês de Qingdao, que fechou o dia cotado em US\$ 79,15 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Apesar da baixa, este ainda é o segundo maior nível do ano, ultrapassado só pelo preço de segunda-feira, de US\$ 79,36. Em fevereiro, o insumo sobe 8,5%, quarto avanço mensal consecutivo. No acumulado de 2018, o ganho é de 9%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt e Camila Maia | De Brasília e São Paulo

Título: Aneel define regras de cisão de controlada da Eletrobrás

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu ontem os procedimentos para permitir a desverticalização da Amazonas Distribuidora (AmD), com a cisão nas operações de distribuição e geração da Eletrobrás no Estado. A reestruturação societária é necessária para levar a empresa ao leilão de privatização das distribuidoras marcado para o fim de abril.

A Petrobras acompanha de perto o processo de desverticalização no Amazonas. A petroleira tenta se proteger de eventuais prejuízos com o não recebimento de valores devidos pela Amazonas Distribuidora. A dívida, estimado em R\$ 20 bilhões, deve ser assumida pela holding Eletrobrás, referente a contratos de fornecimento de gás natural para térmicas da região.

O diretor da Aneel Tiago Correia, relator do caso, ressaltou que o reembolso pelo custo de compra de gás natural deve ser preservado se for confirmada a desverticalização. Para ele, o repasse pode "inclusive ser feito diretamente ao fornecedor [a Petrobras], desde que solicitado pelo beneficiário ou por meio de acordo entre as partes".

Ontem, a Aneel indicou que os contratos de gás passarão por ajustes para garantir o fornecimento de energia ao Amazonas. Muitas localidades do Estado, por não estarem conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), tem o custo da geração térmica coberto pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

A preocupação da Petrobras chegou a ser manifestada em carta enviada à Aneel. A companhia alega que ainda não tem garantia se irá receber parte dos créditos, cerca de R\$ 3 bilhões submetidos à fiscalização financeira da agência.

Correia disse que o governo sinalizou à Aneel que têm avançado as negociações entre as estatais para cessão dos contratos de gás da Amazonas Distribuidora para a Amazonas GT. A Aneel, disse, eliminou barreiras de caráter regulatório que poderia impedir o avanço das tratativas entre as estatais.

"Só resta a definição na relação contratual entre eles. A gente teve a informação de que estavam muito próximos de um acordo", afirmou o diretor da agência.

A Petrobras ainda insiste que só aceitará concluir a transferência do contrato se a totalidade da dívida for repactuada. Já houve acordo sobre R\$ 17 bilhões, cujo pagamento está garantido por recebíveis de fundos do setor elétrico.

A Eletrobrás, por outro lado, insiste em não reconhecer os R\$ 3 bilhões como dívida da própria, atrelada ao uso do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. "Em conjunto, Petrobras e Eletrobrás concordam que o tratamento regulatório dado aos R\$ 3 bilhões é inadequado", disse uma fonte do governo.

O governo chegou a publicar a Medida Provisória 814, no fim do ano passado, para permitir o uso pleno do gasoduto e o recebimento integral da tarifa. Para resolver o passado - e equacionar essa dívida -, as duas empresas seguem negociando com a Aneel. "Sabemos que o diabo mora nos detalhes, mas temos, para nós, que o grosso já está resolvido", brincou Correia.

Uma alternativa, segundo o **Valor** apurou, seria a Eletrobrás reconhecer o valor integral da dívida e programar o pagamento por meio de ativo, mesmo sem os recebíveis da CCC. "Isso não impede que negociem a apresentação de uma garantia para essa dívida", disse a fonte. Nada disso, porém, obrigaria a Eletrobrás a deixar de seguir reivindicando, administrativa e judicialmente, créditos em seu favor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: AES Tietê prioriza conclusão de obras

Depois de um ano marcado por aquisições de projetos de energia eólica e solar, a AES Tietê vai se concentrar, principalmente, na conclusão das obras ainda pendentes, disse Ítalo Freitas, presidente da geradora de energia. Em 2017, a

AES Tietê anunciou investimentos em quatro novos projetos, que envolvem 686 megawatts (MW) em nova capacidade instalada para a companhia.

"Não vamos participar do leilão A-4 de abril. Estamos focados, principalmente, em botar de pé os projetos comprados. Existe uma equipe dedicada a eles", disse Freitas, em entrevista ao **Valor**.

Isso não significa que a AES Tietê descarta novos investimentos em expansão neste ano. "Continuamos vendo oportunidades no mercado, mas mais de aquisições", disse ele, completando que não há nada concreto em vista por enquanto. "Estamos olhando de longe as eólicas da Eletrobrás à venda", completou.

O importante para a AES Tietê é que os projetos tenham rentabilidade mínima. "Não adianta crescer por crescer, precisamos de boas taxas de retorno. Não precisamos entrar em projetos para fazer volume", disse.

A companhia comprou no ano passado o complexo eólico Alto Sertão II, localizado na Bahia, com 386,1 MW já operacionais. Além disso, adquiriu os projetos dos complexos solares Boa Hora e Guaimbê, ambos em construção e localizados no Estado de São Paulo, com um total de 225 MW de potência. Em dezembro, a companhia fechou o ano com outro novo projeto, ao contratar, em um leilão A-4, o projeto solar Água Vermelha, que terá 75 MW.

O objetivo da companhia, ao adquirir esses projetos de fontes renováveis, é diversificar sua matriz, antes totalmente hídrica. A meta da AES Tietê é chegar em 2020 com 50% do seu resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) composto de fontes não hídricas.

No curto prazo, a AES Tietê segue implementando medidas para mitigar a exposição ao risco hidrológico. No ano passado, a companhia conseguiu evitar R\$ 455 milhões em custos, ao reduzir contratos de energia para até 78% da sua garantia física disponível, e também por meio da compra de energia no mercado de curto prazo a preços atrativos.

"O cenário hidrológico de 2018 está melhor que o de 2017, há uma tendência de melhora. Mas isso não quer dizer que não vamos continuar fazendo nosso dever de casa, para mitigar qualquer tipo de risco que venhamos a ter no ano", disse Freitas.

A companhia tem investido na área de inteligência de mercado e nas previsões meteorológicas para mitigar o risco hidrológico.

A AES Tietê é protegida parcialmente da exposição ao déficit de geração das hidrelétricas (GSF) por meio de uma decisão judicial obtida pela Associação

Brasileira de Produtores Independentes de Energia (Apine). No início de fevereiro, a Justiça derrubou a decisão, mas os efeitos do período em que ela vigorou estão mantidos, protegendo a companhia de precisar pagar imediatamente o montante devido. Caso a decisão desfavorável sobrevenha, a AES Tietê estima o desembolso de R\$ 711 milhões, que já foi provisionado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ANP analisa pedidos da Petrobras para renovação de oito concessões

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) está analisando oito pedidos de prorrogação de contratos de concessão da Petrobras. Os campos, cujas concessões expiram em 2025, produzem atualmente cerca de 560 mil barris diários de petróleo, o equivalente a cerca de 28% da produção da estatal, segundo dados do próprio órgão regulador.

A ANP confirmou que na lista de pedidos da Petrobras estão ativos importantes, como Marlim Sul, Marlim Leste, Barracuda, Caratinga e Roncador, todos localizados na Bacia de Campos e que figuram entre os 20 maiores campos produtores de petróleo do país. A companhia também solicitou a renovação dos contratos de áreas terrestres de Canto do Amaro e Fazenda Pocinho (Bacia Potiguar) e Fazenda Alegre (Espírito Santo).

Todos esses contratos foram assinados em 1998, na Rodada Zero, que ratificou os direitos da Petrobras sobre os campos onde a estatal já produzia efetivamente até o fim do monopólio do setor. São centenas de concessões que, gradativamente, terão seus contratos estendidos.

Em 2016, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou uma resolução estabelecendo as diretrizes para a renovação da concessão daqueles campos cuja vida útil ultrapasse 2025. A empresa já obteve a postergação, por 27 anos, dos contratos dos campos de Marlim e Voador (Bacia de Campos), Araçás (Bacia do Recôncavo) e Ubarana (Bacia Potiguar).

Pelas regras definidas pelo CNPE, as petroleiras interessadas na prorrogação dos contratos deverão submeter à aprovação da ANP novo plano de desenvolvimento para cada área, comprometendo-se com novos investimentos nos ativos. Para Marlim, por exemplo, a Petrobras tem planos de instalação de duas novas plataformas em 2021, como parte do projeto de revitalização da área, que já se encontra em fase madura.

A estatal detém 100% de todas as concessões sob análise da ANP, com exceção de Roncador. Em janeiro, a empresa fechou um acordo para venda de 25% da área para a Statoil, por US\$ 2,35 bilhões. A norueguesa se comprometeu, ainda, com pagamentos contingentes de US\$ 550 milhões, relacionados a investimentos na revitalização do campo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Hydro para 50% da Alunorte e pode sofrer pesada multa

Diante do não cumprimento no fim de semana da exigência do governo paraense de reduzir o nível da água em suas bacias de rejeitos, a Hydro Alunorte foi obrigada ontem a parar metade de sua produção de alumina em Barcarena, até que consiga atingir o mínimo de segurança de 1 metro nas bacias. Segundo a empresa, esse nível foi atingido ontem à noite.

Já a mineradora de bauxita Paragominas, também do grupo norueguês Norsk Hydro, teve de suspender a operação de uma das duas barragens na mina.

A situação em Barcarena tomou contornos mais drásticos depois que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) também entrou na discussão. O ministro Sarney Filho chegou a declarar que há motivos para embargar as atividades da refinadora de alumina, a matéria-prima do alumínio, e aplicar "pesadas multas" sobre a companhia.

Uma equipe do Ibama foi enviada pela pasta ao local, com o objetivo de analisar as águas e solo adjacentes. Em parceria com o Instituto Evandro Chagas (IEC) - ligado ao Ministério da Saúde e quem primeiro comprovou transbordo e contaminação das águas próximas à Alunorte -, os técnicos verificam a necessidade de autuação, suspensão ou embargo devido a impactos ambientais.

A presidência do Ibama encaminhou um pedido de informações à Agência Nacional de Mineração (ANM) sobre a segurança das bacias de rejeitos. E como o processo de licenciamento é estadual, o instituto também pediu à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) informações sobre as medidas adotadas até o momento.

O coordenador-geral de fiscalização do Ibama, Renê Luiz de Oliveira disse ao **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, que uma multa ainda não foi lavrada, mas uma das questões levadas em conta é o fato de a empresa ter dificultado a fiscalização na primeira diligência. A decisão deve sair hoje.

Se a menor produção persistir na Alunorte, maior refinaria mundial de alumina, e houver redução do ritmo na Paragominas, a Norsk Hydro terá impacto relevante em seu resultado. Em 2017, por exemplo, o resultado operacional da área de bauxita e alumina atendeu por um terço do total do grupo.

Produção de alumina e bauxita foi responsável em 2017 por um terço do resultado operacional total da Norsk Hydro

Balanço publicado há duas semanas mostra que a unidade apresentou lucro operacional de 3,7 bilhões de coroas norueguesas, algo próximo de US\$ 448 milhões (*ver infográfico acima*). O grupo, como um todo, apurou resultado operacional de 11,22 bilhões de coroas (US\$ 1,47 bilhão). Tanto Paragominas quanto Alunorte bateram recordes de produção. A produção de bauxita cresceu 2,7% e chegou a 11,44 milhões de toneladas, enquanto a de alumina subiu 0,9%, para 6,4 milhões de toneladas.

A produção de alumina não ficará, necessariamente, paralisada por muito tempo, dado que a empresa pode cumprir com a ordem de reduzir o nível da água. Em Paragominas, a barragem não é usada há mais de seis meses.

O sistema da Hydro no Pará opera de maneira integrada. A bauxita é lavrada e triturada em Paragominas antes de ser transportada por um duto de 244 km até a Alunorte, em Barcarena. A alumina que é refinada desse minério é usada para a produção de alumínio da Albras, também da Hydro, e a maior parte do volume exportada.

Relatos dos moradores de áreas atingidas pelo vazamento apresentaram problemas gastrointestinais e coceiras na pele. Segundo o governo paraense, a entrega de água potável à população próxima continua e mais de mil galões foram destinados a cerca de 400 famílias. A Secretaria de Estado de Saúde (Sespa) está encarregada de coletar amostras para testar a presença ou não de contaminantes.

Por outro lado, empresas que dependem de suprimento de metal da Hydro dizem estar tranquilas. A Alubar, fabricante de cabos de alumínio que é grande cliente da Albras - e funciona quase como parte da linha integrada de produção -, disse que não há preocupação a respeito de potencial escassez de alumínio primário para suas operações. **(Colaboraram Daniela Chiaretti, de São Paulo, e Vandson Lima, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Renato Rostás | De São Paulo**Título:** Presidente mundial não acredita em vazamento de resíduos

A licença de instalação do novo depósito de rejeitos da Alunorte, que inclui a autorização para operar no período de comissionamento, é válida até 2018, período até o qual a operação ainda não está em escala integral, afirma Svein Brandtzaeg, presidente mundial da Norsk Hydro. Além disso, a meta de um metro de segurança na bacia, exigida pelo governo, está sendo cumprida, acrescenta.

Em entrevista por email ao **Valor**, o executivo diz que a tubulação "clandestina" denunciada pelo Ministério Público Federal (MPF) do Pará e o Instituto Evandro Chagas, na verdade, data da construção de uma área específica da refinaria de alumina e estava cimentada desde 2010. Com as fortes chuvas e rachaduras provocadas pelo tempo, a água vazou por esse cano, que, acrescenta ele, não tem ligação com o sistema de resíduos.

Brandtzaeg também diz que a potencial paralisação de uma das barragens da Paragominas, mina de bauxita do grupo, seria inócua. "Ela não é usada há mais de seis meses", informa. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: *Como a análise do Instituto Evandro Chagas detectou contaminantes nas águas e a análise própria da Hydro, não?*

Svein Brandtzaeg: Não vejo isso como uma contradição, pelo contrário. Estamos muito preocupados com essa situação, com as pessoas e as comunidades locais de Barcarena que foram afetadas pelos alagamentos. O instituto coletou amostras em vilas fora da fábrica e encontraram níveis elevados de substâncias específicas, incluindo algumas que não estão nem presentes na Alunorte. Não temos razão para acreditar que tenha havido vazamento do depósito de resíduos de bauxita na Alunorte. Assim, criamos uma força-tarefa de especialistas para liderar a revisão total da Alunorte - e eles respondem diretamente a mim - para identificar potenciais de melhora que nos permitam desenvolver e melhorar. Eles vão também analisar os resultados de testes para entendê-los melhor.

Valor: *Esse incidente também afetou a Albras [produtora de alumínio primário]?*

Brandtzaeg: Ela é uma unidade primária que recebe a alumina da Alunorte, usada como matéria-prima. É outro processo produtivo. E ela também foi menos impactada pelas fortes chuvas.

Valor: *O que a Hydro está fazendo para proteger seus funcionários de uma possível contaminação?*

Brandtzaeg: O comprometimento da Hydro com operações seguras e ambientalmente responsáveis é universal e absoluto. Trabalhadores que podem ser expostos às substâncias são treinados para usar equipamento de proteção quando lidam com elas.

Valor: *Por que a Hydro usou uma tubulação "clandestina" para drenar água?*

Brandtzaeg: Não era um tubo que estava sendo usado, apesar de ter aparecido em uma de nossas inspeções. O tubo em questão foi originalmente usado na construção daquela área da Alunorte em 2010, mas não foi usado desde então. Ele não tem contato ou ligação direta com o sistema de resíduos. Quando a referida construção acabou, ele foi concretado para ser fechado e não ser mais usado. Durante as fortes chuvas em 16 e 17 de fevereiro, percebemos que ele não havia sido selado suficientemente, fazendo água vazar pelo cano. A entrada de água no solo após a construção levou ao acúmulo pelas rachaduras, como mostra o relatório do Instituto Evandro Chagas. A Hydro imediatamente vedou a tubulação, quando a encontrou na inspeção. Estimamos que a água da chuva que entrou no tubo entre 16 e 17 de fevereiro e escapou pelo tubo foi bastante limitada. Após ser lacrado, analisamos o solo e as águas no rio Muricupi e os resultados não apresentaram evidência de impacto negativo em sua qualidade.

Valor: *O segundo depósito de resíduos possui uma licença formal de operação ou não?*

Brandtzaeg: A Alunorte tem duas áreas de rejeitos, o DRS1 e o DRS2, mais novo. Ambas as áreas possuem as licenças necessárias. O DRS2 está se preparando ainda para operar em plena escala operacional e possui uma licença de instalação que inclui comissionamento mais avançado. Ela vence no fim de 2018.

Valor: *Se a Alunorte cortar sua produção pela metade, a Hydro seria forçada a declarar força maior [a seus clientes]?*

Brandtzaeg: Ainda é muito cedo para dizer. Tomamos medidas consideráveis para atender o prazo de um metro de segurança e vamos continuar com força total para cumprir com essas expectativas e exigências. No momento, estamos cumprindo a exigência de um metro e esperamos poder voltar à produção normal.

Valor: *Qual seria o impacto na produção da Paragominas por suspender as operações de uma de suas barragens?*

Brandtzaeg: Não haveria nenhum impacto na produção, dado que a barragem não é usada há mais de seis meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes, Alessandra Saraiva e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale atinge principais metas previstas para 2017

Os resultados de 2017 divulgados ontem pela Vale confirmam o objetivo da mineradora de ser cada vez mais uma empresa "previsível" para os seus investidores. As principais metas perseguidas pela empresa, como a melhoria da performance operacional e a queda do endividamento, foram alcançadas, apesar dos menores preços no minério de ferro no quarto trimestre. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse, em nota, que 2017 foi um ano de "inflexão" para a companhia. Ele destacou a boa geração de caixa e a redução da dívida, além da disciplina na alocação de capital e melhores resultados no negócio de metais básicos.

Como consequência, a receita líquida da Vale ficou em R\$ 29,8 bilhões no quarto trimestre do ano passado, 2,69% abaixo de igual período de 2016, quando os preços da commodity eram bem mais altos do que os atuais. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da mineradora, no quarto trimestre de 2017, foi de R\$ 13,38 bilhões, 14,34% abaixo do mesmo período de 2016. A comparação com o quarto trimestre de 2016 fica prejudicada pois no fim daquele ano os preços do minério de ferro subiram chegando a mais de US\$ 90 por tonelada depois de um período de baixa. O lucro líquido da Vale ficou em R\$ 2,53 bilhões de outubro a dezembro de 2017, alta de 61,03% sobre igual período do ano passado.

No ano fechado de 2017, a receita líquida da mineradora atingiu R\$ 108,5 bilhões, alta de 14,68% sobre 2016; o Ebitda ficou em R\$ 48,9 bilhões, com crescimento de 19,7% sobre o ano anterior. Já o lucro foi de R\$ 17,6 bilhões, alta de 32,42% sobre 2016. Houve aumento de R\$ 4,3 bilhões no lucro líquido de um ano para o outro. Este é um indicador importante pois serve de base para a distribuição de dividendos aos acionistas. Ontem a Vale confirmou que vai distribuir aos acionistas R\$ 4,7 bilhões (US\$ 1,5 bilhão) em dividendos sobre a forma de juros sobre capital próprio. Esse montante equivale ao dividendo mínimo de 25% exigido por lei.

Na visão de especialistas, todo o pagamento de dividendos a ser feito pela Vale terá que sair da geração de caixa. Até o fim de março a mineradora deve anunciar uma nova política de dividendos. A indicação sobre os dividendos é relevante pois indica que o dinheiro obtido com a venda de ativos será todo

destinado para reduzir o endividamento. A Vale encerrou o quarto trimestre de 2017 com uma dívida líquida de US\$ 18,1 bilhões. Ao fim do terceiro trimestre do ano passado, a dívida líquida da companhia era de US\$ 21 bilhões. A companhia afirmou, porém, que a dívida líquida "pró-forma" seria equivalente a US\$ 14 bilhões, considerando a entrada de dinheiro em caixa do financiamento do projeto de carvão em Moçambique e a venda de ativos de fertilizantes para a Mosaic. O objetivo da Vale é reduzir a dívida líquida para um patamar de US\$ 10 bilhões a curto prazo, o que possivelmente será atingido ainda este ano.

A alavancagem da companhia, medida pela relação entre dívida líquida e o lucro antes de juros impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) terminou 2017 em 1,2 vez, contra 2,1 vezes ao fim de 2016. No período recente, essa relação chegou a ser superior a três vezes. "Trouxemos a dívida líquida a um patamar sustentável", disse Luciano Siani Pires, diretor-executivo de finanças, em vídeo divulgado pela companhia.

Siani disse ainda que o ano de 2017 foi um ano de consolidação para a Vale. Segundo o executivo, o ano passado marcou a arrancada em operação do projeto S11D, no Pará, e a entrada da empresa no Novo Mercado da B3. Com isso, destacou o executivo, o valor de mercado das ações da Vale saltou 65% entre 2016 e 2017, para R\$ 63,6 bilhões. "Este resultado [de 2017] foi conseguido com recordes de produção em minério de ferro, em pelotas, em carvão, em ouro e na mina do Salobo [no Pará] em cobre", afirmou Siani. Ele também citou a recuperação nos preços como outro elemento que contribuiu para o bom resultado da companhia. "Mas os custos também subiram", reconheceu. "Operamos em um ambiente em que se elevaram os custos do petróleo, da energia; apreciou-se o real brasileiro; subiram os custos de frete. Mas as margens ainda assim se expandiram", afirmou. O preço realizado pela Vale para os finos de minério de ferro ficaram em US\$ 63,10 no quarto trimestre de 2017, acima das previsões do mercado.

A Vale também informou que seus investimentos, no ano passado, alcançaram o menor nível desde 2005, totalizando US\$ 3,8 bilhões, o que representou uma redução de US\$ 1,34 bilhão na comparação com 2016. Segundo a Vale, essa queda foi consequência, principalmente, da conclusão do projeto da mina e da usina do S11D. A mineradora ressaltou que é esperado que os investimentos permaneçam neste nível nos próximos anos depois de um ciclo de grandes desembolsos nos últimos anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: 5.000.000.000 de pepinos para Petrobras e União resolverem

Além de uma empresa superendividada e envolvida em uma investigação gigantesca por desvios bilionários por corrupção, o governo anterior deixou mais um pepino na mão dos administradores da Petrobras e dos servidores que terão que assinar, como representantes da União, a revisão dos termos do contrato de cessão onerosa, originalmente celebrado em setembro de 2010, de forma concomitante à capitalização da companhia.

Para ser mais preciso, são 5.000.000.000 de pepinos.

Contratos entre partes relacionadas, como o próprio termo sugere, já são sensíveis por natureza e potencialmente controversos. Mas quando a escala é de 5 bilhões de unidades, tudo fica mais complicado. No caso, são 5 bilhões de barris de petróleo.

O que se renegociará nas próximas semanas ou meses é o preço que a Petrobras pagará à União para ter o direito de explorar essa quantidade de barris em seis áreas geográficas definidas no contrato original. Cada bloco tinha volume esperado de óleo a ser retirado e um preço de barril específico - variando de US\$ 5,82 a US\$ 9,04. O preço médio ponderado a partir da combinação de quantidade e valor de cada bloco foi de US\$ 8,51 por barril.

Ao se multiplicar esse valor pelos 5 bilhões de barris, a estatal pagou US\$ 42,5 bilhões à União lá em setembro de 2010, com títulos do Tesouro Nacional que havia recebido na mesma data pela subscrição de suas ações no aumento de capital.

Mas, na época, o preço por barril ficou de ser renegociado no futuro, após a declaração de comercialidade, quando mais informações sobre a área a ser explorada fossem conhecidas.

Este foi o presente de grego deixado pela gestão anterior.

A cada diferença de US\$ 0,01 no preço médio por barril são US\$ 50 milhões a mais ou a menos no cofre da Petrobras ou da União. Pelo câmbio de hoje, são cerca de R\$ 160 milhões para lá ou para cá a cada centavo de dólar. Ou seja, mais dinheiro do que 99,9% dos brasileiros jamais vão acumular em toda vida.

Não haveria problema maior se a Petrobras fosse 100% do governo, como a Caixa Econômica Federal.

Mas a União tem apenas 48% do capital total da petrolífera. Isso significa dizer que, se o contrato ficar caro demais, os minoritários da companhia são prejudicados. Se for muito barato, é a União - ou em última instância o contribuinte - que está fazendo mau negócio.

É de se imaginar como estão passando as noites os responsáveis por assinar esse adendo ao contrato. Lembrando que ambas as partes estão sujeitas a possíveis processos do Tribunal de Contas da União (TCU) no futuro.

Defendendo legitimamente os interesses da empresa que preside, Pedro Parente, por exemplo, já foi claro ao dizer que não aceitará nenhuma renegociação que implique em desembolso adicional por parte da Petrobras. No governo, o **Ministério de Minas e Energia** parece aceitar esse entendimento, enquanto alguns na pasta do Planejamento demonstram pensar de forma diferente.

Não há nada de errado com a existência de algum antagonismo nessa negociação. Aliás, pelo contrário. Tudo que não se quer em um contrato entre partes relacionadas é que um lado decida sozinho. Portanto, é importante que cada parte procure, de forma embasada, defender sua posição.

O que torna esse caso mais complexo é a quantidade de barris envolvida - que faz com que autoridades cite cifras de ajuste para um lado ou para o outro na casa de dezenas de bilhões de reais sem a menor cerimônia - e a péssima redação do contrato original.

Quando trata das condições econômicas a serem usadas na revisão contratual, o contrato de cessão onerosa diz que "o Preço de Referência será igual à média das cotações de fechamento no mês anterior à data de referência para a Revisão (...) do petróleo WTI, para o contrato futuro de décimo oitavo vencimento, menos o diferencial em relação ao petróleo Brent".

Não fica claro, contudo, qual é essa "data de referência". Se seria a data da nova certificação dos barris pelas consultorias especializadas contratadas pelas partes, se seria a data da declaração de comercialidade de cada um dos seis blocos, sendo que o primeiro foi em dezembro de 2013, ou se a data de declaração de comercialidade do último bloco, um ano depois.

Essa data faz toda a diferença porque o petróleo Brent estava acima de US\$ 100 quando da declaração de comercialidade dos quatro primeiros blocos, por volta de US\$ 80 quando o último bloco foi declarado comercial, e bem abaixo disso quando as consultorias especializadas de cada lado foram chamadas novamente para fazer seus relatórios (a exemplo do que ocorreu na negociação original, a DeGolyer and MacNaughton assessora a Petrobras e a Gaffney, Cline & Associates foi contratada pela Agência Nacional de Petróleo).

Vale dizer que esse assunto não é novo. Em janeiro de 2015, um mês após a declaração de comercialidade do bloco então chamado de Entorno de Iara, o **Valor** publicou a primeira matéria sobre o assunto.

Na ocasião, a antiga gestão da estatal reconheceu as lacunas contratuais, mas disse, por e-mail ao **Valor**, que o "governo e a Petrobras, interpretando sistematicamente o contrato de cessão onerosa, entenderam que a data a ser utilizada como referência é a data de Declaração de Comercialidade de cada bloco, uma vez que esta data é definida pela cláusula 8.2 como marco temporal que dá início ao processo de revisão".

É uma posição plausível.

Mas como era claramente negativa para a Petrobras, chamava a atenção o rápido alinhamento entre as partes - a despeito da falta de clareza do contrato -, o que talvez expusesse uma proximidade que se mostrou excessiva em outros momentos da mesma gestão - e normalmente em desfavor da estatal.

Uma vez sob nova administração, a Petrobras passou a adotar outra postura. Além do novo time de conselheiros e diretores, a estatal se blindou formalmente ao criar um comitê composto por representantes de minoritários para acompanhar a negociação.

Mas se é bom saber que a estatal vai procurar defender o interesses de seu conjunto de acionistas, é de se esperar que a União faça o mesmo, sem aceitar uma negociação com termos lesivos ao Tesouro.

Além do preço do petróleo Brent de referência, que é a variável mais relevante, outros fatores que devem ser considerados na renegociação do preço a ser pago pela Petrobras estão o custo de extração, a produtividade dos poços, a garantia de retirada dos 5 bilhões de barris (não existe risco de volume) e infraestrutura logística para escoamento da produção.

São muitas variáveis, o que certamente dificulta a conta.

Uma opção para se encontrar um preço próximo do justo é usar, de alguma forma, o resultado do leilão que o governo pretende fazer do excedente de óleo existente nas seis áreas (adicionais aos 5 bilhões) como referência na negociação. Vai soar estranho se agentes privados pagarem, sem justificativa clara, muito mais ou muito menos que a Petrobras para explorar petróleo na mesma área.

Fernando Torres é repórter de S.A.

E-mail: fernando.torres@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor:****Título: Destaques****Petros cria novos comitês**

O conselho deliberativo da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, aprovou a criação de três comitês de assessoramento: auditoria, investimentos e seguridade. Segundo a fundação, o objetivo é contribuir para o aprimoramento da governança corporativa e fortalecer os processos de tomada de decisão. A criação do comitê de auditoria está em linha com as propostas debatidas no Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), que sugere obrigação neste tipo de assessoria, informou a Petros, em nota. **(Juliana Schincariol)**

MME / ASCOM .